

PALMAS

# MPTO requer informações sobre regularidade do transporte escolar

COM A PROXIMIDADE DO RETORNO DAS AULAS NO SEGUNDO SEMESTRE, O MPTO, POR MEIO DA PROMOTORIA REGIONAL DA EDUCAÇÃO

Com a proximidade do retorno das aulas no segundo semestre, o Ministério Público do Tocantins (MPTO), por meio da Promotoria Regional da Educação, requisitou informações à Secretaria Municipal de Educação de Palmas (Semed) e ao Conselho Municipal de Educação (CME) sobre a situação do transporte escolar oferecido aos alunos da rede pública municipal e reposição das aulas para os estudantes que perderam aulas em decorrência de falta de transporte escolar por diversas vezes.

O Ministério Público requer que a Semed, em um prazo de até 10 dias, forneça a cópia do contrato da empresa atualmente responsável pelo transporte escolar; a cópia da última licitação realizada para o serviço, com os documentos da empresa vencedora e habilitada; as cópias das notas fiscais dos pagamentos efetuados à empresa contratada – CNIT Serviços de Transporte LTDA; os esclarecimentos sobre a disponibilidade do transporte escolar para o segundo semestre, incluindo a empresa responsável, e as informações detalhadas so-

bre o plano de reposição das aulas perdidas no primeiro semestre devido à ausência de transporte escolar.

Ao Conselho Municipal de Educação o Ministério Público requisitou, em até 15 dias, a apresentação de parecer técnico sobre a proposta pedagógica de reposição de aulas que a Secretaria de Educação afirma realizar nas escolas que estão com dificuldade no transporte escolar.

“A deficiente oferta do transporte escolar da rede pública municipal têm gerado inúmeros problemas no tocante a qualidade da aprendizagem dos alunos. A ausência do processo de ensino e aprendizagem também é crítica, uma vez que muitos estudantes ficaram impossibilitados de frequentar as aulas devido à falta de transporte escolar”, alerta o promotor regional da educação, Benedicto Guedes.

**AÇÃO CIVIL PÚBLICA**

O transporte escolar em Palmas é um problema crônico e tem sido acompa-

nhado de perto pelo Ministério Público do Tocantins (MPTO), que tem atuado no caso, com investigações e recomendações. Entre os problemas recorrentes estão a falta de manutenção dos ônibus, a ausência de identificação, de ar-condicionado e de cintos de segurança, além da falta de qualificação da empresa contratada para o serviço.

Irregularidades no serviço resultaram na proposição de uma ação civil pública contra a Secretaria Municipal de Educação de Palmas e a empresa contratada. A ação está em andamento na 2ª Vara da Fazenda e Regis-

tros Públicos de Palmas e busca a reposição integral das aulas não ministradas na rede municipal de Palmas devido à falta de transporte escolar em 2024. Além disso, visa responsabilizar o secretário municipal da educação, Fábio Barbosa Chaves, e a empresa CNIT Serviços de Transporte LTDA.

Adicionalmente, foi solicitada uma indenização por dano moral coletivo no montante de R\$ 8 milhões, devido aos danos causados aos alunos da educação infantil e do ensino fundamental da zona rural. Esse valor seria destinado ao

Fundo Municipal da Infância e Juventude para o aprimoramento do transporte escolar.

**AUDIÊNCIA PÚBLICA**

No final de junho, o MPTO realizou audiência pública em sua sede para tratar do tema, com a participação de gestores municipais da área de educação, vereadores da capital, pais de alunos e membros da comunidade acadêmica. Na ocasião, o promotor Benedicto Guedes expôs os problemas no transporte escolar e cobrou da Secretaria de Educação solução para o assunto.



O Ministério Público requer que a Semed, em um prazo de até 10 dias, forneça a cópia do contrato

**PESCA ILEGAL**

# Naturatins apreende mais de 40 kg de pescado e aplica R\$ 2 mil em multas

Para combater a pesca ilegal, o Instituto Natureza do Tocantins (Naturatins) finalizou neste fim de semana mais uma Operação Malha Fina. A ação, que ocorreu entre os dias 15 e 22 de julho, na região norte do Estado e no Parque Estadual do Cantão (PEC), resultou na apreensão de 42 kg de peixe, 2.100 metros de redes de emalhar, quatro tarrafas e na aplicação de multas no valor de R\$ 2,34 mil.

O gerente de fiscalização do Naturatins, Cândido José dos Santos Neto, destaca que devido ao grande fluxo de pescadores nessas localidades, as ações são fundamentais para proteger os recursos naturais do Tocantins e combater atividades que ameaçam a biodiversidade e a sustentabilidade dos ecossistemas aquáticos. “Temos atuado de forma intensiva e abrangente para combater a pesca ilegal e garantir o cumprimento das normas estabelecidas e a conscientização quanto aos prejuízos causados pela pesca predatória”, frisou.

**CANTÃO**

Coordenada pelo fiscal ambiental Jusley Caetano, a operação no Parque Estadual do Cantão foi realizada por meio de blitzes nas vicinais dos assentamentos Manchete, Onalício Barros



Naturatins apreende mais de 40 kg de pescado.

e Maracanã. Além disso, a equipe conduziu atividades de fiscalização e educação ambiental nas praias do Boto e da Gaivotá. “Nossa equipe abordou turistas acampados e forneceu orientações sobre a gestão adequada do lixo, a prática de pesca consciente e a proibição da captura, consumo e comercialização de quelônios”, informou Jusley Caetano.

Durante a realização de uma blitz, 42 kg de pescado foi apreendido e doado à Igreja Assembleia de Deus em Caseara.

**REGIÃO NORTE**

Na região Norte, a equipe de fiscalização percorreu áreas estratégicas ao longo dos principais corpos d’água do município de Pau D’arco, até a cidade de Xambioá. A ação foi conduzida pelos

fiscais ambientais Antoniél Gouveia e Joel Ronald Machado.

Durante a operação, foram apreendidos 2.100 metros de redes de emalhar e quatro tarrafas utilizadas ilegalmente para a captura de peixe.

O fiscal ambiental Antoniél Gouveia ressaltou que o foco da fiscalização foi identificar pescadores envolvidos em práticas ilegais que ameaçam a biodiversidade local e prejudicam a economia das comunidades ribeirinhas. “Nosso objetivo é proteger os recursos naturais e garantir a sustentabilidade da pesca para as gerações futuras”, destacou o fiscal.

Além da apreensão dos materiais, os fiscais também orientaram os pescadores sobre as leis ambientais e a importância da pes-

ca sustentável.

**REGIÃO DO JALAPÃO**

A equipe de fiscalização também atuou nos campos de capim-dourado na região do Jalapão. As ações foram concentradas na Comunidade Mumbuca, nos campos do Morro do Porco, Caetano Faveira, Corta Perna, Barra da Faveira e Cabeceira das Cacimbas.

Nas dunas do Parque Estadual do Jalapão (PEJ), os fiscais realizaram a verificação das licenças de guia condutor e forneceram orientações aos turistas sobre as normas de conduta dentro do Parque.

Além disso, os fiscais também atuaram durante a realização da campanha Um Dia no Parque nas cachoeiras do Formiga e da Velha, na Prainha e na Fazenda Triago.

**ESTADO DO TOCANTINS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANTINA**

**AVISO DE LICITAÇÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2024**

A Prefeitura Municipal de Esperantina – TO, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar, sob a égide da Lei n.º 14.133/2021 e suas alterações posteriores, da Lei Complementar n.º 123/2006 e de outras normas aplicáveis ao objeto deste certame, licitação na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo Menor Preço Por Item, objetivando Registro de Preço para Futura e Eventual Contratação de empresa para fornecimento de Equipamentos de Proteção Individuais- EPIs, visando atender demanda da Prefeitura Municipal de Esperantina - TO. A sessão será realizada através do Portal Licitador Digital, pelo endereço eletrônico [www.licitadigital.com.br/](http://www.licitadigital.com.br/), com data de abertura agendada para 05 de Agosto de 2024 às 09:00. O edital e seus anexos encontram-se disponíveis no Portal da Transparência do Município pelo endereço [www.esperantina.to.gov.br/](http://www.esperantina.to.gov.br/), ou ainda pelo endereço Portal Licitador Digital, [www.licitadigital.com.br/](http://www.licitadigital.com.br/) e ainda no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

Esperantina - TO, 24 de Julho de 2024

**João Marcos Costa Pimentel**  
Pregoeiro/Agente de contratação  
520/2024

**Publicidade legal**  
**Publicações de Avisos de Licitação**

Siga a lei nº 14.133/2021 publicando em Jornal de grande circulação estadual.  
PUBLIQUE NO JORNAL PRIMEIRA PÁGINA

**JORNAL PRIMEIRA PÁGINA**

RESCATIMOS: 03 99932-0044  
[comercial@primeirapagina-to.com.br](mailto:comercial@primeirapagina-to.com.br) 03 3223-8300

Atendimento pelo Plano de Saúde  
Incluindo dependentes

**Servir**  
SAÚDE PARA DEPENDENTES DO TOCANTINS

**DEPENDÊNCIA QUÍMICA, ALCOOLISMO E PSIQUIATRIA**

**LUZ**  
CLÍNICA DE TRATAMENTO

03 9 9111-1444 9 8150-4161  
[clinicadetratamentoluz@gmail.com](mailto:clinicadetratamentoluz@gmail.com)

**AB**  
**TOCANTINS**

**39 anos não são 39 dias!**

10 de novembro de 2024 é o aniversário de 39 anos do Jornal mais antigo do Tocantins.

É muito amor, muita honra e orgulho!  
(Obrigado, Tocantins!)

O primeiro jornal impresso do Brasil foi fundado em 1808 em São Paulo, no Estado de São Paulo, sob o nome de “O Correio da Manhã”. O primeiro jornal do Tocantins foi fundado em 1985 em Palmas, sob o nome de “O Residencial”. O jornal “O Residencial” nasceu em 1985, no dia 10 de novembro, em Palmas, sob o nome de “O Residencial”. O jornal “O Residencial” nasceu em 1985, no dia 10 de novembro, em Palmas, sob o nome de “O Residencial”. O jornal “O Residencial” nasceu em 1985, no dia 10 de novembro, em Palmas, sob o nome de “O Residencial”.

1985 1990 1994/2024

“No Estado e meio jornal em 10 de novembro de 1985 em Palmas, no Estado do Tocantins, sob o nome de “O Residencial”, nasceu o primeiro jornal do Tocantins.”

Santa Wanda  
Jornalista - Promotora do Primeiro Jornal

[www.jornalprimeirapagina.com](http://www.jornalprimeirapagina.com)